

CAPA

# A ESCALADA AUTORITÁRIA

A PREPOTÊNCIA DOS GOLPISTAS RECRUDESCER  
A CADA DIA E, COM O AVAL DA JUSTIÇA, IMPÕE  
AO PAÍS ATOS DIGNOS DE UM REGIMÉ DE EXCEÇÃO

POR ANDRÉ BARROCAL

**N**o início de setembro, Michel Temer abriu as portas de seu gabinete presidencial ao jornal *O Globo* e confidenciou: “Me sinto aqui como Carlos Magno”, primeiro monarca do Sagrado Romano Império. Um dos homens fortes do presidente, Eliseu Padilha, da Casa Civil, disse por telefone dias atrás à Rádio Jovem Pan que o patrão precisa ser “o comunicador-mor” do governo, “aí a população olha para o presidente e vê nele um pouco do que foi o imperador, lá atrás na monarquia”. As metáforas do Palácio do Planalto são perfeitas para o momento. O Brasil vive dias de absolutismo, graças a autoridades togadas e ao aparato policial. Atos de exceção típicos de regimes autoritários, a ameaçar direitos das pessoas e noções básicas de justiça e cidadania, estão na moda e alcançaram a apoteose nos últimos dias.

Os PMs do Massacre do Carandiru tiveram suas condenações anuladas pela

Justiça, sob a alegação de que “não houve massacre, houve legítima defesa”. A Operação Lava Jato prende um suspeito em um hospital e outro apenas por não achar provas, enquanto o ministro da Justiça aproveita um comício para anunciar batidas policiais. Não só: uma Corte acaba de decretar que a Lava Jato é caso excepcional e não precisa seguir regras. Descrição impecável de um tribunal de exceção. Não é à toa que aumentou o coro contra abusos da investigação.

A caracterização da Lava Jato como uma excepcionalidade foi feita pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, instância logo acima do juiz Sérgio Moro. Em abril, 19 advogados haviam acionado a Corte com um pedido de abertura de processo disciplinar contra Moro.

Motivo: a realização, o uso e a divulgação ilegais de conversas telefônicas, em março, da então presidenta Dilma Rousseff com o antecessor, Lula. Para os advogados, o juiz feriu o Estatuto da Magistratura e o Código de Ética da categoria.

**O** caso foi julgado na quinta-feira 22. Placar: 13 a 1 a favor da “excepcionalidade”. “A norma jurídica incide no plano da normalidade, não se aplicando a situações excepcionais”, disse o relator, desembargador Rômulo Pizzolatti, a invocar a Teoria do Estado de Exceção, aquela a justificar pôr regulamentos de lado em nome do combate a uma ameaça à nação. Uma “visão de justiça nazista”, segundo o subprocurador-geral da

**ELE SE COMPARA A CARLOS MAGNO,  
ELISEU PADILHA CONCORDA E APONTA  
EM TEMER O “COMUNICADOR-MOR”**



## CAPA

República e ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão, doutor em Direito por uma universidade alemã, fluente em alemão e crítico da Lava Jato.

Solitário voto anti-Moro no TRF, Rogério Favretto considerou “temerário” o argumento da excepcionalidade. Ele entende que o juiz merecia um processo por ter cometido os crimes de violação do sigilo previsto na lei das interceptações telefônicas e manejo sem competência legal de diálogos dos quais participava o presidente. Moro já tinha sido advertido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho, quando o ministro Teori Zavascki, relator de processos da Lava Jato, declarou ser “descabida a invocação do interesse público” feita por Moro para explicar o vazamento. O juiz mandou um pedido escrito de desculpas ao STF. E não se falou mais nisso.

Os poderes excepcionais do juiz foram vistos na segunda-feira 26, na prisão do petista Antonio Palocci, ministro da Fazenda de Lula e da Casa Civil com Dilma. Ele ficaria detido em caráter temporário por até cinco dias, para não atrapalhar a coleta de provas e para não combinar versões de depoimentos com outros investigados, e só então Moro resolveria se renovava ou revogava o cárcere. Uma decisão inexistente até o fechamento desta reportagem.

**P**alocci entrara na mira após a apreensão em dependências da Odebrecht, em fevereiro, de uma planilha intitulada “Programa Especial Italiano”, a citar valores e pistas de sua destinação. A força-tarefa acredita que o ex-ministro era uma espécie de lobista da empreiteira perante órgãos públicos em troca de dinheiro para si e o PT. Teria atuado, por exemplo, em contratos de compra de sondas pela Petrobras e no financiamento do BNDES à Odebrecht para obras em Angola. Como recomendação, a empreiteira teria pago ao PT



Dois brasileiros diferentes. À esquerda, o desembargador Rogério Favretto, do voto solitário contra Moro, acusado pela divulgação da conversa Dilma-Lula. Acima, o desembargador Pizzolatti, para quem o juiz da Lava Jato agiu dentro da normalidade

128 milhões de reais entre 2008 e 2013.

No despacho da prisão, Moro dizia haver “fundada suspeita” de ilicitude dos pagamentos e apontava uma justificativa *sui generis* para deter Palocci. É possível que o dinheiro tenha sido pago ao PT no exterior, em contas desconhecidas, logo, enquanto não houver a identificação das contas, haveria o risco de sumiço do dinheiro ou de ser usado em fuga para o exterior. Quer dizer, prenda-se por falta de provas. Logo após a prisão, o advogado de Palocci, José Roberto Batocchio, comentou: “Estamos voltando aos tempos do autoritarismo, da arbitrariedade”.

Palocci é um exemplo das razões a levar o promotor de Justiça aposentado Afrânio Silva Jardim, professor de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a romper com Moro após colaborar com ele no início da Lava Jato. Em artigos, entrevistas e na internet, tem apontado abusos da operação. Para ele, há “uma estratégia ilegal da Lava Jato para tentar legitimar algumas prisões”. Acredita que a operação se tornou política, vide a denúncia contra Lula. O documento de 149 páginas do Ministério Público (MP) tem “análises políticas e conjecturais” impróprias para uma denúncia e “mais se parece com o relatório que os

delegados de polícia têm de apresentar ao fim do inquérito”. “Vivemos dias sombrios”, escreveu Jardim no Facebook.

**A** última da Lava Jato havia sido antecipada pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, situação a deixar a sensação de a PF caminhar para uma polícia política na gestão do tucano. No domingo 25, Moraes estava em Ribeirão Preto, interior paulista, em um ato do candidato do PSDB à prefeitura, Duarte Nogueira. Em conversa com militantes de certo Movimento Brasil Limpo, fora questionado sobre a Lava Jato. Sorridente, respondeu, tendo Nogueira ao lado e uma câmera ligada: “Quinta teve uma (...), esta semana vai ter mais (ação). Vocês vão ver esta semana. Quando vocês virem esta semana, vão lembrar de mim”. Dito e feito. Menos de 24 horas depois, a PF prendia o ribeirão-pretano Palocci.

A bola de cristal provocou reações entre cômicas e graves. Em nota, o Ministério da Justiça disse que Moraes não tinha informação privilegiada, era tudo “força de expressão”. Segundo o ministro do STF Gilmar Mendes, conhecido simpaticamente tucano, fora um mero palpite



## A DETENÇÃO TEMPORÁRIA DO EX-MINISTRO ANTONIO PALOCCI DEMONSTRA OS PODERES EXCEPCIONAIS DE SERGIO MORO

comparável à previsão do tempo. Temer, por meio de assessores, fez chegar à mídia que não tinha gostado da declaração, queria explicações, falou com ele por telefone e ficou tudo por isso mesmo.

Acionadas pelo PT, comissões do Congresso estudam convocar o ministro para ouvir explicações, enquanto a Comissão de Ética da Presidência resolveu investigar se Moraes fez mau uso de informações oficiais. Se sim, violou a lei de conflito de interesses no setor público e corre o risco de levar uma advertência ou ter sua demissão recomendada. A Procuradoria-Geral da República também examinará o assunto, a pedido de parlamentares de PT, PCdoB e Rede. Segundo eles,

há “fundadas suspeitas” de que Moraes tinha conhecimento prévio da ação da PF. O tucano teria violado o sigilo funcional imposto pelo Código Penal e a lei de improbidade. Ele estaria até mesmo ao alcance da Lei do Impeachment (1950), no capítulo crime de responsabilidade de ministro.

A prisão de Palocci levou dezenas de intelectuais a assinar um manifesto contra o “autoritarismo jurídico”. Entre eles, o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, o teólogo Leonardo Boff, o cientista social Michael Löwy, brasileiro radicado na França, e o professor e crítico literário Alfredo Bosi. O texto aponta um “sentimento de ódio” em setores sociais alimentado por condutas “parciais” e “exacerbadas”

da Lava Jato. “Desrespeitar, de forma reiterada, o direito de defesa, coagir pela violência por meio de suposições de delitos não comprovados, condenar pela imprensa espetacularizada sem levar em conta um elemento central dos direitos civis, que é a presunção de inocência, que atribui ao acusador o ônus de provar a culpa e não o contrário, tudo isso fragiliza a cidadania diante de poderes que podem, facilmente, se tornar tirânicos”, afirma. “Estão induzindo o País a um conflito que pode ganhar enormes proporções.”

Quando da prisão dias antes de Guido Mantega, ministro da Fazenda mais longo da história do Brasil, alguns intelectuais já haviam se insurgido, com uma carta aberta a questionar: “Quem vai limitar a arbitrariedade da Lava Jato e do juiz Sergio Moro?” Por seu nome e origem, Mantega era o primeiro suspeito da força-tarefa para o apelido “italiano” da planilha da Odebrecht. Só deu lugar à “hipótese Palocci” após o depoimento de uma ex-secretária da empreiteira, Maria Lucia Tavares Guimarães, única funcionária da empresa a falar até hoje – enquanto negociam delações, seus executivos se calam, motivo de a batida a encarcerar Palocci ter sido chamada de Omertà, palavra italiana para a lei do silêncio da máfia.

**M**antega fora preso graças a um estranho depoimento do ex-bilionário Eike Batista. Em 20 de maio, depois de acertos prévios entre seus advogados e a força-tarefa, o empresário sentara-se diante de procuradores disposto a entregar o ex-ministro. Mas o fez de forma vaga. Segundo ele, numa conversa sem testemunhas em 2012, Mantega teria pedido ajuda para o PT saldar dívidas, sem oferecer, no entanto, favor em troca. Quem assiste ao vídeo do depoimento fica com a impressão de que Eike tentava implicar um figurão na esperança de obter benefícios da Lava Jato.



## O MINISTRO MORAES JÁ SABIA NO DOMINGO 25 COMO AGIRIA A LAVA JATO NA SEMANA SEGUINTE. A TENTATIVA DE LIVRÁ-LO DA ENCRENCA NÃO CONVENÇEU NINGUÉM

Mantega acabaria solto por Moro cinco horas depois, dada a repercussão negativa da detenção sofrida em um hospital, onde a mulher do ex-ministro seria submetida a uma grave cirurgia. Amigo de escola de Mantega, o jornalista Juca Kfoury saiu a público em defesa dele. “Sou absolutamente a favor de que todo mundo que cometeu atos ilícitos pague por eles, mas tudo tem um limite, que realmente lembra a frase de Bertolt Brecht ‘Ou a gente grita, ou virão nos buscar, porque não há ninguém que grite por nós’.”

O que se vê hoje no Brasil são expressões de um autoritarismo que remonta à Idade Média e que ganhou novas roupagens de lá para cá, diz o advogado Pedro Serrano, professor da PUC paulista e autor do recém-lançado livro *Autoritarismo e Golpes na América Latina*. No século XX, esse autoritarismo deu as caras na forma de governos de exceção perseguidores de um “inimigo interno” – judeus na Alemanha nazista, comunistas no Brasil

pós-1964. No século XXI, apresenta-se na forma de atos de exceção, sempre com a decisiva bênção do Judiciário na América Latina, casos dos golpes contra presidentes em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016).

“Nossas elites (*latino-americanas*) são violentas, não democráticas, utilizam-se do sistema de Justiça como poder moderador”, afirma. “Quem declara hoje que a Lava Jato é uma força de exceção é a

própria Justiça. O ‘inimigo’, o ‘corrupto’, precisa ser combatido, para isso suspendam-se os direitos dele. É a mesma desumanização que ocorria em campos de concentração nazistas, onde as pessoas eram tratadas por números.”

Petistas têm vivido situações que se parecem às enfrentadas por judeus na Alemanha na aurora do nazismo, nos anos 1930. O candidato do partido à prefeitura do Recife, João Paulo, almoçava em um shopping no início de setembro, quando foi ofendido por um eleitor a esbravejar “canalhas!”, “ladrões!” Na sexta-feira 23, o senador do PT do Rio Lindbergh Farias, líder da oposição no Senado, deixou um jantar em restaurante na capital fluminense sob insultos de “fora PT!”, “Dilma safada!”

O cientista político Renato Perissinotto, professor da Universidade Federal do Paraná e recém-eleito presidente da Associação Brasileira de Ciência Política, já morou a três quadras de Moro. Para ele, a Lava Jato foca o PT para cultivar o apoio da imprensa e, por meio da mídia, consegue fertilizar instintos punitivistas na sociedade. “As pessoas querem hoje punição a todo custo, não importam os procedimentos. É um problema que nos conduz a certo autoritarismo”, diz. Os propósitos finais da operação, no entanto, seriam corporativistas, ▶



Mantega foi preso graças a um estranhíssimo depoimento de Eike Batista. Ficou a impressão de que tentava implicar um figurão para obter vantagens da Lava Jato

MARCELLO CASAL JR./ABR E MIGUEL SCHINCARIOL/AFP